



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES

ANALYSIS OF THE CONSEQUENCES ARISING FROM THE LACK OF A CULTURE OF PERSONAL FINANCIAL CONTROL BY MILITARY POLICE OFFICERS

ANÁLISIS DE LAS CONSECUENCIAS DE LA FALTA DE CULTURA DE CONTROL FINANCIERO PERSONAL POR PARTE DE LOS POLICÍAS MILITARES

Neomar Christian Potuk¹, Lucas Pereira Gabardo Guimarães²

e5105825

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i10.5825>

PUBLICADO: 10/2024

RESUMO

O presente artigo faz uma análise acerca dos problemas e consequências advindas de uma falta de cultura de educação financeira no meio policial militar. Tal situação acarreta uma série de graves problemas de ordem pessoal e profissional, e, ainda, tem grande potencial lesivo à sociedade em geral. Problemas como dependência química, corrupção, desmantelamento moral e familiar e até casos extremos de suicídio estão dentre as possíveis situações enfrentadas dentro dessa incapacidade de gerenciamento do próprio orçamento por parte dos policiais militares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Endividamento. Corrupção. Dependência Química. Suicídio. Atividades Extras.

ABSTRACT

This article analyzes the problems and consequences arising from a lack of financial education culture in the military police environment. This situation causes a series of serious personal and professional problems and has great potential for harm to society in general. Problems such as chemical dependency, corruption, moral and family dismantling and even extreme cases of suicide are among the possible situations faced within this inability of military police officers to manage their own budget.

KEYWORDS: Financial Education. Debt. Corruption. Chemical Dependency. Suicide. Extra Activities.

RESUMEN

Este artículo analiza los problemas y consecuencias que surgen de la falta de cultura de educación financiera en el entorno policial militar. Esta situación provoca una serie de graves problemas personales y profesionales, y además tiene un gran potencial de perjuicio para la sociedad en general. Problemas como la dependencia química, la corrupción, el desmantelamiento moral y familiar e incluso casos extremos de suicidio se encuentran entre las posibles situaciones que se enfrentan dentro de esta incapacidad de los policías militares para administrar su propio presupuesto.

PALABRAS CLAVE: Educación Financiera. Deuda. Corrupción. Dependencia Química. Suicidio. Actividades Extras.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo terá por objetivo realizar uma análise acerca das implicações decorrentes da falta de uma cultura institucional voltada ao controle financeiro pessoal dos militares estaduais da

¹Oficial da Polícia Militar do Paraná. Academia Policial Militar do Guatupê -APMG.

² Major da Polícia Militar do Paraná, formado pela Academia Policial Militar do Guatupê -APMG. Bacharel em Direito pela UFPR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

Polícia Militar do Paraná, buscando entender os prejuízos impostos tanto ao indivíduo policial militar quanto à instituição a que ele está vinculado funcionalmente.

Na continuidade serão apresentadas potenciais ações que poderiam ser implementadas pela corporação com o fulcro de mitigar tal situação que assola principalmente as camadas inferiores na base hierárquica da corporação, especialmente no início de suas carreiras, momento propício para inclusão de uma cultura de proteção e educação financeira que pode ser uma ferramenta viável para tal intento.

O objetivo é trazer à tona as nefastas consequências que podem acarretar da inexistência ou má utilização de instrumentos básicos de controle financeiro individual dos integrantes da corporação policial militar, traduzidos em situações que prejudicam diretamente o servidor e seu círculo social e familiar, te também prejuízos à sociedade que passa a contar com um profissional abalado em suas condições elementares básicas, e que são necessárias à prestação de serviço na esfera de segurança pública.

Assim, temos a seguinte estruturação a ser demonstrada nesse artigo científico:

Objetivo geral: Analisar as consequências da falta de uma cultura de controle financeiro pessoal entre os policiais militares da Polícia Militar do Paraná, investigando o impacto dessa falta de educação financeira nas esferas pessoal, profissional e social, além de propor possíveis soluções para mitigar esse problema.

Objetivos específicos: a) Examinar as principais causas do endividamento pessoal dos policiais militares, com destaque para a ausência de educação financeira; b) Avaliar os efeitos do endividamento na saúde mental e nas relações familiares dos policiais militares e c) Propor estratégias de educação financeira e planejamento institucional para melhorar a gestão financeira pessoal dos policiais militares.

Pergunta: Como a falta de educação financeira entre policiais militares contribui para o endividamento e quais são os impactos dessa situação na vida pessoal e profissional dos policiais e na imagem da instituição?

Justificativa: A falta de educação financeira entre policiais militares gera uma série de problemas que afetam não apenas o indivíduo, mas também a corporação e a sociedade como um todo. Problemas como endividamento, dependência de substâncias e até comportamentos ilícitos, como a corrupção, são amplamente relacionados à incapacidade de gerenciar o orçamento pessoal. Dada a relevância da Polícia Militar para a segurança pública, é essencial entender como esses problemas financeiros afetam o desempenho da instituição e propor medidas para reduzir seus impactos. A implementação de uma cultura de educação financeira na corporação pode ser uma solução viável para mitigar esses efeitos e melhorar a qualidade de vida dos policiais e o serviço prestado à sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

2. METODOLOGIA

O trabalho científico apresentado utilizou de uma abordagem qualitativa com direcionamento exclusivo de análise bibliográfica, tendo como temática examinar os impactos da falta de controle financeiro pessoal entre os policiais militares. Para tanto, buscou-se em base de dados a revisão de obras acadêmicas, artigos científicos e livros de educação financeira, endividamento pessoal, problemas financeiros atrelados ao ambiente policial militar.

Utilizou-se como palavras-chave de busca os seguintes termos: "educação financeira", "endividamento", "gestão financeira policial", "consequências do endividamento em servidores"

Fez-se uma análise de conteúdo, pertinência e relevância dos textos localizados para criação de um portfólio hábil a explicar o fenômeno pretendido, demonstrando padrões de análise capazes de dar um rigor metodológico apto a explicar, cientificamente, o tema apresentado.

Como limitação é necessário pontuar que não foi objeto de estudo um aprofundamento dos problemas relatados, os quais foram tratados de maneira exploratória, mas sem a realização de buscas específicas, como em entrevistas, estudos de caso ou outros.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema do endividamento pessoal é algo arraigado na cultura brasileira, muito em função do país sofrer com um ambiente educacional subdesenvolvido e que não permite o amadurecimento de práticas de aprendizagem nessa área na formação aos seus cidadãos, prejudicando suas vidas, que se dá através do acesso a créditos pessoais facilitados, que causam a médio e a longo prazo, em grande parte das vezes, no colapso daqueles que se utilizam desse mecanismo para atingir seus objetivos pessoais, desprovidos de um planejamento financeiro pessoal.

De acordo com Almeida (2023):

No Brasil, a facilidade com que as instituições financeiras concedem crédito aos consumidores sugere que a maioria dessas instituições não possui políticas muito rígidas de análise de crédito e, portanto, são concedidas deliberadamente (Gonçalves, 2016). Além disso, a falta de educação financeira aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitos a se endividarem profundamente, privando-os de parte de sua renda por conta das parcelas mensais e reduzindo sua capacidade de consumir produtos que possam lhe trazer satisfação (Banco Central Do Brasil, 2013). (Almeida, 2023, p. 11).

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 78,3% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas em abril de 2023, sendo que dos entrevistados 11,6 % não teriam condições mínimas de quitar tais dívidas, muito em razão da manutenção de uma taxa de juros elevada existente no país (Aabdala, 2023).

E esse endividamento exacerbado limita o poder de compra de bens e serviços, prejudicando assim a qualidade de vida desta camada significativa da população, na qual se inclui grande parcela



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

de policiais militares, que se veem forçados, em muitos casos, a recorrerem a subterfúgios com o intuito de majorar a liquidez de seu patrimônio financeiro, visando ao adimplemento de suas responsabilidades pecuniárias, como, por exemplo, a realização dos denominados “bicos” nos horários de folga.

4. ANÁLISE SITUACIONAL

Essa situação de endividamento enfrentada por grande parte dos policiais militares acabam por influenciar seus comportamentos, gerando uma série de problemas decorrentes, de extremo potencial de preocupação institucional e social, gerando sérios prejuízos à execução da atividade policial militar, como o descrédito do exercício da função pública, no desgaste à imagem institucional, severos riscos individuais, familiares e coletivos, na ruptura ou abalo aos princípios basilares da hierarquia e disciplina militar, dentre outros que decorrem, em grande parte, desse desequilíbrio orçamentário das contas pessoais dos militares estaduais.

A seguir serão abordados esse conjunto de problemas suscitados e que merecem uma análise pormenorizada para melhor compreensão da fatídica realidade existente.

4.1. Inadimplemento pessoal

A sociedade hodierna é caracterizada por ser um ambiente altamente propenso às relações de consumo, com extensa atividade comercial de bens e serviços, e numa exacerbação do sentimento de posse de bens materiais. É um mundo composta, em sua grande maioria, de pessoas em busca da satisfação de necessidades criadas pela lógica da valorização do dinheiro como fonte da satisfação pessoal ou, em outras palavras, pela idealização da felicidade atrelada a demonstração do “ter”.

Conforme Barbosa (2004, p. 14):

A cultura material e o consumo são aspectos fundamentais de qualquer sociedade, mas apenas a nossa tem sido caracterizada como uma sociedade de consumo. Isto significa admitir que o consumo esteja preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais. Significa admitir, também, que ele adquiriu na sociedade moderna contemporânea uma dimensão e um espaço que nos permitem discutir através dele questões acerca da natureza da realidade.

Porém, um dos grandes apontamentos críticos acerca dessa situação de busca desenfreada coletiva pelo material revela uma realidade severa, a de que muito poucas pessoas possuem condições financeiras de, por si só, os meios necessários para aquisição dos produtos e objetos ofertados, necessitando para tal intento o apoio de aporte financeiro de terceiros, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas, através de diversas modalidades, tais quais: empréstimo financeiro; compras parceladas; cheque especial; cartão de crédito; empréstimo por agiotagem etc.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

Logicamente, há de se fazer uma constatação de que existem inúmeras necessidades de ordem financeira que são de ordem de sobrevivência e de satisfação de questões de sobrevivência e de direitos individuais ou de dependentes, como alimentação, vestuário básico, impostos e taxas coletivas, transporte, educação, saúde, segurança etc.

Nesse condão, sendo os integrantes policiais membros pertencentes dessa mesa sociedade caracterizada acima, ficam os mesmos condicionados, em sua maioria, a mesma lógica de busca de meios para satisfação das necessidades, sejam elas as de ordem básicas ou as decorrentes da imposição social.

4.2. Uso abusivo de substâncias psicotrópicas e álcool

Os policiais militares vivenciam situações de perigo e violência que podem gerar estresse crônico e desgaste emocional e psicológico. Esses fatores podem levar muitos policiais a buscarem formas inadequadas de enfrentar essas dificuldades, como o consumo de álcool ou drogas. As substâncias psicotrópicas, que vão desde ansiolíticos e antidepressivos até drogas ilícitas, são frequentemente utilizadas para aliviar o sofrimento mental. O álcool, sendo uma substância legal e socialmente aceita, costuma ser a primeira opção.

O abuso de substâncias psicotrópicas e álcool pode rapidamente gerar um ciclo de dependência, acarretando uma série de consequências negativas tanto na vida pessoal quanto na profissional dos policiais. Entre os impactos estão a diminuição do desempenho no trabalho, problemas de saúde e aumento das faltas. Além disso, esse comportamento pode resultar em punições disciplinares, perda de promoções e até demissão, levando a uma instabilidade financeira.

Segundo Souza (2008, p. 25):

Observa-se que o sofrimento vivenciado no grupo social é refletido na instituição, podendo considerar um grande influenciador do uso de drogas lícitas e ilícitas, atos violentos, estresse, depressão, tentativas de suicídio, entre outros. Essas atitudes maculam e trazem o descrédito desses agentes junto à sociedade e 15 a corporação, podendo provocar, em alguns casos, o afastamento do convívio com o outro e conseguinte o agravamento de diversas doenças.

Os problemas financeiros entre policiais que abusam dessas substâncias geralmente começam com os custos diretos, como a compra de drogas ou o consumo excessivo de álcool. No entanto, os efeitos indiretos, como a queda na produtividade e o pior desempenho profissional, tendem a causar um impacto ainda maior. Além disso, o tratamento para dependência, quando procurado, nem sempre é totalmente coberto pelos planos de saúde, gerando despesas adicionais.

A instabilidade financeira provocada pelo abuso de substâncias afeta não apenas o policial, mas também sua família. Dívidas, dificuldades com empréstimos e endividamento são realidades comuns. O estresse financeiro pode tornar mais grave o ciclo de abuso, à medida que o policial tenta escapar dos problemas, intensificando o sofrimento psicológico e o consumo de substâncias.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

Essas dificuldades também afetam negativamente as relações familiares e sociais. O abuso de substâncias e a pressão financeira costumam gerar conflitos familiares, separações e isolamento.

A incapacidade de manter o padrão de vida ou de sustentar a família pode causar um sentimento de inadequação e desespero no policial, exacerbando a situação.

No âmbito institucional, o uso abusivo de substâncias psicotrópicas e álcool por policiais militares traz sérias implicações. A confiança do público na corporação pode ser abalada, e a segurança pública comprometida, já que policiais incapacitados, direta ou indiretamente, não conseguem desempenhar suas funções de forma eficaz.

4.3. Atividades extras “bico”

A atividade de "bico", ou trabalho extra, é considerada ilegal pela legislação militar. Realizada por policiais militares fora de seus horários oficiais, essa prática reflete as dificuldades financeiras enfrentadas por muitos desses profissionais. Embora seja proibida em muitos estados e contrária às normas da corporação, a realidade econômica força muitos policiais a buscarem renda adicional para complementar seus salários, que frequentemente não são suficientes para cobrir o custo de vida e as responsabilidades familiares.

Nesse diapasão,

Ao se destacar a importância que o serviço paralelo assume no cotidiano do trabalho policial, nota-se que duas forças são impossíveis de o policial não institucionalizar no imaginário do “ser policial” (Muniz, 1999; Poncioni, 2004). Se, por um lado, o agente de segurança pública encontra na atividade paralela uma forma de especializar, treinar e viver o cotidiano da profissão, por outro, ele encontra nesta atividade uma maneira de ganhar dinheiro. O mercado de segurança privada é bastante interessante e responde às necessidades mais imediatas da falta de dinheiro. (Brito; Souza; Lima, 2011, p. 164).

Os salários dos policiais militares em diversas regiões do Brasil são considerados baixos, especialmente quando comparados aos riscos, responsabilidades e estresse que a profissão envolve. Essa situação é agravada por longas jornadas de trabalho, falta de progressão na carreira e benefícios limitados. Diante disso, muitos policiais se sentem obrigados a buscar atividades paralelas para sustentar suas famílias ou manter um padrão de vida adequado.

Entre os "bicos" mais comuns estão serviços de segurança privada, escolta armada, vigilância de eventos e proteção pessoal, geralmente realizados em estabelecimentos comerciais, boates, condomínios e empresas. Embora algumas dessas atividades possam estar formalmente regularizadas sob certas legislações, a maior parte é feita de maneira informal, sem registro oficial ou conhecimento da corporação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

O trabalho irregular traz diversos riscos, tanto para os policiais quanto para a sociedade. Entre os principais problemas estão o cansaço e estresse acumulado, desvio de foco das responsabilidades oficiais, vulnerabilidade à corrupção e potenciais problemas disciplinares e legais.

O bico ilegal muitas vezes surge como uma resposta às dificuldades financeiras dos policiais militares. O salário insuficiente, combinado com o alto custo de vida, leva muitos a contrair dívidas, fazer empréstimos ou acumular faturas de cartão de crédito. Para muitos, a atividade extra se torna uma solução imediata para quitar dívidas ou manter um nível mínimo de conforto.

Contudo, essa solução temporária pode gerar novos problemas. Além dos riscos já mencionados, o policial que se envolve com "bicos" pode acabar dependendo desse trabalho, criando um ciclo vicioso. Embora o bico possa ajudar a pagar dívidas, o desgaste físico e emocional pode prejudicar o desempenho e o desenvolvimento de sua carreira dentro da corporação, limitando suas oportunidades de promoção e melhorias salariais a longo prazo. Isso mantém o policial preso em um ciclo de baixa remuneração e atividades informais, agravando o desgaste físico e as dificuldades financeiras.

Em síntese, a prática de "bico" entre policiais militares é uma resposta direta às dificuldades financeiras, mas também uma atividade arriscada que pode comprometer a saúde, a carreira e a segurança do policial, além de prejudicar a corporação e a sociedade. A solução passa por melhores salários, gestão financeira adequada e uma regulamentação mais flexível para atividades complementares.

4.4. Corrupção

A corrupção policial é um problema sério que afeta não só a integridade das forças de segurança, mas também a confiança da sociedade nas instituições públicas. Ela ocorre quando o poder e a autoridade policial são utilizados para obter benefícios pessoais ou favorecer interesses privados, manifestando-se por meio de subornos, extorsão, favorecimento de criminosos e desvio de recursos públicos. Esse comportamento é especialmente preocupante quando praticado por policiais militares, que têm como missão proteger a ordem e a segurança pública.

Segundo Rios (1990, p. 399):

Corrupção é um termo de amplo escopo, fortemente carregado de sentidos éticos e imprestável para definições sociológicas ou jurídicas (...), basta ver a quantidade de figuras delitivas que o termo comum recobre na linguagem técnica do Código Penal: peculato, desvio de verbas, concussão, prevaricação, fraude (...). A realidade social e o desenvolvimento econômico, por sua vez se encarregam de multiplicar as situações e os comportamentos, ampliando o campo do desvio, sempre mais vasto que o delito, este específico e configurado apertadamente no espartilho do artigo legal.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

A corrupção entre policiais é um fenômeno complexo, com causas que vão desde fatores culturais e sociais até questões institucionais e individuais. Um dos motivos mais frequentes é a remuneração insuficiente dos policiais militares, que muitas vezes recebem salários baixos em relação aos riscos e responsabilidades que a profissão impõe. Diante disso, muitos acabam buscando fontes adicionais de renda, legais ou ilegais, o que pode aumentar a tentação de se envolver em atividades corruptas, como aceitar subornos, para aliviar suas dificuldades financeiras.

Em alguns casos, a corrupção é tolerada ou até normalizada dentro das corporações, o que agrava o problema. A falta de mecanismos eficazes de controle e punição pode criar uma cultura de impunidade, onde atos ilícitos são cometidos com a expectativa de que as consequências serão mínimas ou inexistentes. Quando superiores ou colegas de trabalho estão envolvidos ou ignoram a corrupção, a situação se torna mais grave.

A ausência de sistemas transparentes e eficazes de fiscalização das atividades policiais também contribui para o aumento da corrupção. Em algumas áreas, especialmente nas mais remotas, a fiscalização é limitada, permitindo que práticas corruptas se desenvolvam sem que sejam detectadas.

Outro fator comum de corrupção policial é o envolvimento com grupos criminosos. Policiais podem ser subornados ou pressionados para proteger atividades ilegais, como tráfico de drogas, contrabando e outros crimes. A pressão financeira, combinada com ameaças ou promessas de ganhos, pode levar o policial a ceder à corrupção.

O aspecto financeiro é crucial nessa discussão. Muitos policiais, especialmente no início da carreira ou em estados com menos recursos, enfrentam dificuldades financeiras para sustentar suas famílias. A inflação, o custo de vida elevado e o endividamento são desafios frequentes, colocando esses profissionais em uma situação vulnerável.

Alguns policiais, diante dessas dificuldades, recorrem à corrupção como uma forma de complementar sua renda. Aceitar subornos ou ignorar crimes em troca de dinheiro pode parecer uma solução rápida para aliviar problemas financeiros, embora isso não seja justificável. A vulnerabilidade financeira, embora não leve todos os policiais a se corromperem, aumenta a predisposição para atos ilícitos.

Além disso, o endividamento, seja por má gestão financeira, salários baixos ou emergências, muitas vezes coloca os policiais sob intensa pressão, tornando-os alvos fáceis para ofertas de suborno. Quanto mais pressionado financeiramente o policial estiver, maior a tentação de aceitar dinheiro em troca de favores.

A corrupção causa enormes prejuízos à corporação policial. Ela não só afeta a moral dos policiais honestos, como também enfraquece a confiança pública nas forças de segurança, prejudicando a relação entre a polícia e a sociedade. A percepção de que a polícia está envolvida em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

atividades ilícitas ou aceita subornos diminui sua autoridade, dificultando o trabalho de manutenção da ordem e da justiça.

Por fim, a corrupção policial compromete a segurança pública, pois permite que criminosos atuem com mais liberdade ao subornar policiais para protegerem suas atividades ilegais. Isso agrava o sentimento de insegurança da população e pode levar ao aumento da criminalidade.

4.5. Transtornos comportamentais

Transtornos comportamentais e suicídio são questões de extrema gravidade, especialmente no âmbito das forças de segurança, como a polícia militar. Policiais militares enfrentam diariamente diversas pressões e desafios que impactam diretamente sua saúde mental e emocional, favorecendo o surgimento de transtornos comportamentais. Esses desafios incluem a constante exposição ao perigo, violência, traumas e a necessidade de manter uma postura de autocontrole em situações de intenso estresse. Quando esses fatores são somados a problemas financeiros, o risco de desenvolver transtornos psicológicos se intensifica, podendo, em casos extremos, resultar em suicídio.

Dalgalarondo (2008) afirma:

Do ponto de vista patológico, os quadros depressivos têm como elemento central o humor triste. Entretanto, elas caracterizam-se por uma multiplicidade de sintomas afetivos, instintivos e neurovegetativos, ideativos e cognitivos, relativos à autovalorização, à volição e à psicomotricidade. Também podem estar presentes sintomas psicóticos e fenômenos biológicos (marcadores biológicos) associados.

Policiais militares estão entre os profissionais que sofrem níveis elevados de estresse, o que os torna especialmente suscetíveis a transtornos comportamentais, como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade generalizada (TAG), depressão e dependência de substâncias.

O suicídio é uma consequência trágica de transtornos psicológicos não tratados, e os policiais militares estão em um grupo de alto risco. As estatísticas indicam que a taxa de suicídio entre policiais é significativamente superior à da população em geral. O acúmulo de fatores como estresse crônico, exposição constante à violência e morte, uma cultura de resistência emocional e a falta de suporte psicológico adequado cria um ambiente propício ao desenvolvimento de pensamentos suicidas.

Fatores como estresse ocupacional, falta de apoio psicológico, isolamento social e fácil acesso às armas de fogo estão entre as principais causas que podem levar policiais militares ao suicídio.

As dificuldades financeiras são um agravante que pode exacerbar transtornos comportamentais entre policiais militares. Endividamento, salários insuficientes e a dificuldade em prover para a família geram constante pressão, intensificando o estresse e a ansiedade. Quando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

essas dificuldades econômicas se somam às condições desafiadoras da carreira policial, o impacto na saúde mental pode ser devastador.

Muitos policiais militares enfrentam problemas com dívidas, seja devido a baixos salários, má gestão financeira ou emergências inesperadas. Esse estresse financeiro constante provoca sentimentos de frustração, vergonha e desesperança, agravando os sintomas de ansiedade e depressão.

As dificuldades econômicas frequentemente geram conflitos familiares, resultando em desentendimentos conjugais e problemas de relacionamento. Esses conflitos isolam ainda mais o policial de suas redes de apoio emocional, aumentando o risco de suicídio.

Lans (2016) quando descreve que:

A qualidade de vida no trabalho tem sido uma preocupação constante, visto que sua satisfação dependerá da capacidade de realização de todo seu potencial de imaginação, iniciativa e habilidades no trabalho. Assim como o trabalho pode trazer satisfação ao indivíduo, também pode ser fonte de adoecimento se não proporcionar ao trabalhador adequadas condições de trabalho, podendo acarretar várias doenças ocupacionais.

Além disso, dificuldades financeiras podem dificultar o acesso ao tratamento de saúde mental. Planos de saúde frequentemente não cobrem integralmente o tratamento de transtornos psicológicos, e os custos com terapia, medicação e internações são proibitivos para policiais que já estão endividados ou com salários insuficientes.

Policiais que enfrentam problemas financeiros têm maior probabilidade de adotar comportamentos de risco, como o abuso de substâncias ou a prática de atividades ilícitas (como o "bico" irregular), o que agrava ainda mais sua condição emocional e coloca sua carreira e saúde em perigo. Isso pode aumentar o sentimento de desesperança, levando, em casos extremos, ao suicídio.

Um fator cultural que agrava essa situação é a expectativa de que os policiais militares mantenham uma postura de força e resistência emocional, independentemente das circunstâncias. A cultura organizacional geralmente desestimula a demonstração de vulnerabilidade e o pedido de ajuda, o que faz com que muitos policiais reprimam seus sentimentos e evitem buscar tratamento para seus problemas psicológicos. Essa repressão emocional acumula sofrimento que, sem suporte adequado, pode levar a um colapso psicológico e, eventualmente, ao suicídio.

5. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

5.1. Planejamento financeiro

O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos (Gitman, 2001, p. 434).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

5.2. Planejamento institucional em educação financeira

O planejamento institucional para finanças pessoais na Polícia Militar é uma estratégia essencial para promover o bem-estar financeiro e psicológico dos policiais, garantindo que esses profissionais possam desempenhar suas funções de forma eficaz, sem o peso do estresse causado por problemas financeiros. A profissão policial, que envolve riscos e altos níveis de pressão, demanda não apenas uma boa estrutura de suporte físico e mental, mas também uma educação financeira sólida que ajude os militares a lidarem com suas finanças de maneira responsável e sustentável.

O ambiente de trabalho da Polícia Militar é marcado por desafios contínuos, como o enfrentamento de situações de risco, o contato direto com a violência e a necessidade de lidar com questões emocionais intensas. Quando somado a isso, o descontrole financeiro pode gerar ainda mais estresse, impactando diretamente a performance do policial, além de afetar sua vida pessoal e familiar.

Um planejamento financeiro institucional para a Polícia Militar deve ter como objetivo fornecer aos policiais as ferramentas necessárias para gerenciar suas finanças de forma eficiente, evitando o endividamento e contribuindo para sua estabilidade financeira. Isso inclui programas de educação financeira, orientação para a criação de reservas de emergência, planejamento de aposentadoria, e suporte para lidar com situações de endividamento.

Os componentes para um planejamento educacional financeiro exigem comprometimento institucional e algumas ações efetivas. Dentre elas estão: educação financeira continuada; orientação para a construção de reservas financeiras; apoio para lidar com o endividamento; planejamento de aposentadoria e acompanhamento psicológico e financeiro.

Com uma estrutura de educação financeira sólida, os policiais têm maior controle sobre suas finanças, o que diminui as chances de endividamento e, conseqüentemente, os problemas decorrentes disso, como inadimplência e conflitos familiares.

Melhoria no desempenho profissional: Policiais que conseguem manter suas finanças em ordem tendem a ser mais produtivos e focados no trabalho, uma vez que não estão preocupados com problemas financeiros, o que afeta diretamente seu bem-estar emocional e psicológico.

A estabilidade financeira pode contribuir para reduzir comportamentos de risco, como o abuso de substâncias ou a prática de atividades paralelas irregulares ("bicos"), que muitas vezes são impulsionadas por dificuldades econômicas.

Embora o planejamento financeiro institucional seja uma ferramenta poderosa, existem desafios que precisam ser superados. Entre eles, a necessidade de engajar os policiais na educação financeira de forma contínua, vencer a resistência cultural que pode existir quanto ao tema e garantir que as medidas financeiras sejam adaptadas à realidade salarial e aos benefícios oferecidos aos policiais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

5.3. Instituições financeiras de empréstimo consignado

O crédito desempenha, sem dúvida, um papel econômico e social significativo, permitindo que as empresas expandam suas operações, estimulando o consumo e influenciando a demanda.

Além disso, auxilia as pessoas na aquisição de moradias, bens e até alimentos, além de facilitar a realização de projetos quando as empresas não possuem recursos suficientes. No entanto, é importante considerar que o crédito também pode levar empresas e indivíduos a um alto nível de endividamento e pode contribuir para o aumento da inflação (Silva, 1997, p. 68).

Quando operam de forma abusiva ou desproporcional, as empresas de empréstimo financeiro podem causar grandes prejuízos aos policiais militares endividados. A vulnerabilidade financeira de muitos desses profissionais, combinada com uma oferta agressiva de crédito sem orientação adequada ou transparência, frequentemente resulta em um ciclo de endividamento que afeta negativamente suas vidas pessoais, profissionais e psicológicas.

Os policiais militares geralmente enfrentam dificuldades financeiras devido a fatores como salários defasados, a pressão para manter um padrão de vida digno e despesas inesperadas, como questões de saúde ou familiares. O fácil acesso ao crédito, por meio de empréstimos consignados ou pessoais, pode parecer uma solução imediata para lidar com esses desafios. No entanto, a falta de planejamento financeiro adequado e as condições desfavoráveis impostas por algumas empresas acabam levando muitos policiais a um estado de endividamento contínuo.

Muitas dessas empresas, especialmente aquelas com pouca regulamentação, oferecem empréstimos com taxas de juros extremamente altas. Embora o crédito consignado para servidores públicos, como os policiais militares, tenha algumas limitações de juros, muitos acabam recorrendo a empréstimos com condições ainda piores para cobrir dívidas anteriores. Isso cria um ciclo de endividamento, onde os juros elevados tornam quase impossível a quitação do saldo, especialmente quando os encargos superam o valor original do empréstimo.

Sendo servidores públicos, policiais militares são alvos fáceis para empresas de empréstimo que enxergam neles uma fonte de receita garantida, devido ao desconto direto em folha de pagamento. Muitas dessas empresas oferecem crédito de forma agressiva, sem fornecer orientação financeira adequada ou alertar sobre os riscos de superendividamento. A facilidade com que o crédito é obtido pode levar ao uso excessivo, comprometendo grande parte do salário mensal.

Muitos policiais descobrem que um único empréstimo não resolve seus problemas financeiros. Ao tentar pagar dívidas antigas ou lidar com novas emergências, é comum que busquem mais crédito, entrando em uma espiral de novos empréstimos para cobrir os antigos. Esse ciclo de endividamento, facilitado por empresas que não limitam adequadamente o crédito concedido, pode levar ao comprometimento excessivo da renda, muitas vezes além do permitido por lei.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

O crescente endividamento e a incapacidade de pagar essas dívidas trazem sérias consequências emocionais. A pressão financeira gera estresse, ansiedade, depressão e, em casos extremos, pensamentos suicidas. Além disso, o desgaste financeiro soma-se ao já estressante e perigoso ambiente de trabalho, agravando a saúde mental dos policiais e prejudicando seu desempenho no trabalho.

Empresas de empréstimo, especialmente no caso de crédito consignado, podem comprometer grande parte do salário do policial, deixando pouca margem para despesas essenciais, como alimentação, educação e saúde. Isso reduz a qualidade de vida tanto do policial quanto de sua família, criando um ciclo de privação e desgaste emocional. Para sustentar as necessidades básicas, muitos acabam recorrendo a práticas arriscadas, como a realização de "bicos" ou atividades irregulares.

O endividamento excessivo também pode causar problemas dentro da instituição policial. Em situações mais graves, policiais endividados podem acabar se envolvendo em comportamentos antiéticos, como corrupção ou subornos, na tentativa de lidar com suas dificuldades financeiras. Além disso, o comprometimento da renda e o estresse contínuo podem resultar em absenteísmo e queda de desempenho, colocando a carreira do policial em risco.

Policiais endividados geralmente enfrentam dificuldades em renegociar suas dívidas de maneira justa, principalmente quando lidam com empresas de empréstimo que se mostram inflexíveis nos pagamentos. Isso gera um ciclo vicioso, no qual as condições financeiras do policial continuam a se deteriorar pela falta de alternativas viáveis.

Para reduzir os danos causados pelas empresas de empréstimo aos policiais militares, é essencial que instituições como as corporações militares e o governo adotem medidas de proteção e educação financeira. Algumas possíveis soluções incluem a inclusão de educação financeira obrigatória nos cursos de formação, principalmente para os que ingressam na carreira policial, além da regulamentação e controle rigoroso das empresas de empréstimo, que muitas vezes circulam livremente dentro dos quartéis.

6. CONCLUSÃO

O artigo buscou abordar o problema do endividamento financeiro entre policiais militares e as consequências decorrentes desse desequilíbrio orçamentário na vida desses profissionais e suas famílias, bem como no desempenho da atividade policial. Conclui-se que são necessárias medidas para amenizar esse cenário preocupante, que afeta diretamente a qualidade da prestação de serviço dos policiais e sua vida pessoal.

Nesse cenário,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

O endividamento é uma temática que as pessoas não costumam discutir, pois é diretamente proporcional ao nível de conhecimento financeiro que possuem. As pessoas, em sua maioria, não realizam uma conexão entre o consumo excessivo e sua situação de endividamento (Silva *et al.*, 2020). Ainda segundo Cerbasi (2012), o endividamento não está ligado ao valor da renda que a pessoa possui, mas sim a sua administração. (Farias, 2022. p. 17).

Para enfrentar o problema do "bico" irregular entre policiais militares, é crucial adotar medidas institucionais e estruturais que alinhem a remuneração com as exigências da profissão. Entre as soluções sugeridas estão melhores salários e benefícios, programas de educação financeira e o incentivo a atividades paralelas regulamentadas.

Além disso, é necessário implementar ações mais amplas, como reformas institucionais, melhorias nas condições de trabalho e o reforço das punições para condutas ilícitas. Fortalecer órgãos de fiscalização, promover uma cultura de ética e integridade, e oferecer apoio financeiro e orientação também são passos importantes.

A corrupção policial é um problema grave que compromete tanto a imagem da instituição quanto a segurança pública e a confiança da sociedade. Embora a vulnerabilidade financeira dos policiais seja um fator relevante, ela não pode justificar práticas corruptas. A solução envolve a combinação de melhorias nas condições de trabalho, um fortalecimento da fiscalização e a promoção de uma cultura ética dentro da corporação. Isso ajudará a diminuir os casos de corrupção e a restaurar a confiança na polícia militar.

O planejamento institucional voltado para as finanças pessoais dos policiais militares é essencial para que esses profissionais consigam gerir suas finanças de forma eficiente, reduzindo os impactos dos problemas financeiros em suas vidas pessoais e profissionais. Ao promover a educação financeira, o suporte para o endividamento e o planejamento previdenciário, a corporação não apenas melhora a saúde financeira de seus integrantes, mas também contribui para um desempenho profissional mais eficaz, resultando em uma força de segurança pública mais equilibrada e eficiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jennifer Aparecida dos Santos. **A relação entre endividamento e a falta de planejamento financeiro pessoal**: Um estudo de caso com os técnicos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Caruaru-PE: UFPE, 2023.

BARBOSA, L. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BECKER, S.; KUNZE, C.; VANCEA, M.; AABDALA, Vitor. Community energy and social entrepreneurship: Endividamento atinge 78,3% das famílias brasileiras, diz CNC. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>. Acesso em: 16 out. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS ADVINDAS DA FALTA DE UMA CULTURA DE CONTROLE
FINANCEIRO PESSOAL POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES
Neomar Christian Potuk, Lucas Pereira Gabardo Guimarães

BRITO, Daniel Chaves; SOUZA, Jaime Luiz Cunha; LIMA, Roseane Magalhães. Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, Ano 5, Edição 8, fev./mar. 2011.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FARIAS, Carlos Manoel. **Um estudo sobre educação financeira e endividamento de policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2022.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RIOS, José Arthur. Argumento e papéis da corrupção. *In*: OLIVEIRA, Edmundo (Org.). **Criminologia crítica**. Belém: CEJUP, 1990.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, R. **A representação social dos Policiais Militares da Bahia**: dependentes de substâncias psicoativas. Salvador: Programa de Estudos, Pesquisas & Formação Em Políticas & Gestão de Segurança Pública – PROGESP. Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP/SENASP/MJ), 2009.